



CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Projeto Político Pedagógico 2024



FICHA TÉCNICA

Organização da Sociedade Civil - OSC

Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima

Membros da Diretoria

Presidente: Sílvia Raquel de Araújo Rodrigues Cid

Vice-Presidente: Ilma Castelo Branco Fernandes

Tesoureira: Maria Luana Pereira Soares

Secretária: Aldeir Marques Leandro

Membros do Conselho Fiscal

Primeiro Conselheiro Fiscal: Jadson Baima Lima

Segunda Conselheira Fiscal: Francisca Ivanilda Silva de Sousa

Terceiro Conselheiro Fiscal: Victor Silva Duarte

EXPEDIENTE

Elaboração e Redação

Membros da diretoria, Membros do conselho fiscal e Colaboradores da OSC.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. INTRODUÇÃO	5
3. JUSTIFICATIVA.....	7
4. IDENTIFICAÇÃO DA OSC.....	9
4.1. MISSÃO	11
4.2. VISÃO	11
4.3. VALORES.....	12
4.4. OBJETIVO	12
4.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	12
4.6. CERTIFICAÇÕES	12
4.7. ESTRUTURA FÍSICA E ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	13
5. FINALIDADES	16
6. MARCO OPERACIONAL.....	17
6.1. RECURSOS HUMANOS.....	17
7. MARCO CONCEITUAL DO TRABALHO	20
7.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA O PROCESSO SOCIOEDUCATIVO	21
8. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	26
9. RESULTADOS ESPERADOS	37
10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	38
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
13. FOLHA DE CIÊNCIA E APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA O ANO DE 2024.....	43



1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento de organização do Centro Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, cuja dimensão, mais que política, é a contribuição para a formação de uma consciência coletiva e cidadã no ambiente institucional. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda organização precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

O planejamento dos projetos, programas e serviços é uma necessidade fundamental e, por esta razão, o objetivo principal do Projeto Político Pedagógico é propor um encaminhamento para as ações complementares à Política de Assistência Social articulada com outras políticas setoriais apresentando a organização e operacionalização do trabalho social, de acordo com os princípios legais estabelecidos pelo Sistema Único da Assistência Social, objetivando consolidar a construção do conhecimento, respeito às diferenças e à diversidade e a contextualização dos procedimentos avaliativos, garantindo o direito de acesso à renda, à acolhida e ao convívio a todos os indivíduos em situações de desproteção social geradas por vulnerabilidades e/ou risco pessoal e social, isto é, excluídos historicamente do acesso a direitos ou com direitos violados.

Considerando a importância dos objetivos propostos, o Projeto Político-Pedagógico reforça o compromisso do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, com o desenvolvimento de uma gestão compartilhada, democrática e participativa e com transparência pública. Adotando ações preventivas de proteção e de prevenção de forma proativa, assim como o planejamento, a continuidade e qualidade das ofertas e a certeza do atendimento e defesa do público prioritário da Política de Assistência Social.



2. INTRODUÇÃO

O termo Terceiro Setor foi usado inicialmente nos anos 70, nos EUA, como referência a um determinado grupo de organizações em que suas atividades não tinham por finalidade o lucro, mas sim a prestação de serviços sociais diversos ou o bem comum. Essa conceituação está relacionada à percepção da sociedade como dividida em três setores, os quais: o mercado, o Estado e o terceiro setor. O primeiro, agente privado com finalidades privadas; o segundo, agente público com finalidade pública; e o terceiro, agente privado para prestação de serviços públicos.

A multiplicidade e heterogeneidade de organismos na composição do terceiro setor brasileiro dificultaram as regras específicas para o segmento, se configurando em um obstáculo jurídico para o financiamento e a compreensão da sociedade quanto à finalidade destas organizações.

A reutilização dessa terminologia no Brasil remete a meados dos anos 90, inicialmente com o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, nos EUA, pesquisa que tinha como objetivo quantificar ou medir o impacto do Terceiro Setor sobre as economias dos países nos quais foi desenvolvida, além da criação da *International Society for Third Sector Research*, ou Sociedade Internacional de Pesquisas do Terceiro Setor, no ano de 1992, também nos EUA. Com a retomada de estudos sobre esse setor da economia, retorna ao uso também a terminologia terceiro setor.

No Brasil, as primeiras formas de assistência prestadas à população eram realizadas por instituições não vinculadas ao aparelhamento do Estado, por muito tempo chamadas de não governamentais. Até a década de 30, a situação da pobreza no Brasil era tratada como um tipo de “disfunção social”. As ações de caráter social destinadas aos pobres nesse período eram feitas, principalmente, pelas Santas Casas de Misericórdia, um movimento assistencial coordenado pela atuação da Igreja Católica no país.

Simultaneamente à criação do Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, são iniciadas as discussões sobre a concessão de auxílio financeiro às organizações da sociedade civil voltadas à caridade.

Como resultante da ampla luta dos movimentos sociais no país, é instituída a Constituição Federal no ano de 1988, um marco para a concepção de Assistência Social, que passa a ter definição explícita em seus artigos 203 e 204, alterando o público alvo da assistência, bem como a concepção marginal da pobreza. Concebida como Política Pública é destinada agora aos segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade.



A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece a importância das organizações da sociedade civil no processo de efetivação da Assistência Social no país, compreendendo que “[...] a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma” (2004, p. 47)

Ao reconhecer a realidade da questão social no Brasil e suas implicações, a PNAS entende ainda que é de elevada importância a realização de parcerias com as organizações da sociedade civil para que alcancemos uma sociedade mais justa e equânime.

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso. Desconhecer a crescente importância da atuação das organizações da sociedade nas políticas sociais é reproduzir a lógica ineficaz e irracional da fragmentação, descoordenação, superposição e isolamento das ações. (2004, p. 47).

O presente documento, muito mais que uma exigência legal, constitui-se na organização do trabalho pedagógico e social do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, sendo o resultado de uma construção coletiva, com a participação de vários atores, com o objetivo maior de transformar a realidade social na qual estão inseridos, observando-se as mudanças da atualidade. O Projeto Político Pedagógico, previsto nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) como Proposta Pedagógica ou como Projeto Pedagógico (art. 14, inciso I), objetiva democratizar e descentralizar as decisões pedagógicas, organizacionais e jurídicas, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo.

É um permanente processo de discussões das práticas, das preocupações individuais e coletivas, dos obstáculos e desafios enfrentados, e, portanto não temos a pretensão de considerá-lo um trabalho acabado, mas sim contínuo e flexível capaz de ser modificado de acordo com as necessidades/realidade da OSC.

Diante do panorama atual, com informações rápidas, mudanças de paradigmas, o Projeto Político-Pedagógico deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, estimulando assim a formação global e crítica de todos os envolvidos no processo, capacitando-os para o exercício da cidadania e como agentes transformadores da realidade na perspectiva da ampliação de direitos socioassistenciais, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de pessoas e indivíduos em situação de desproteção social, que demandem atenções no campo da Assistência Social.



3. JUSTIFICATIVA

Uma Instituição social é responsável por garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente e, por isso, se deve salientar seu grande papel como orientadora, mediadora e transformadora da realidade da comunidade em que está inserida. Nesse contexto, é que este Projeto Político Pedagógico tem sido proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões, buscando maior participação de todos os agentes envolvidos. Intencionando fortalecer sua identidade social e socioeducativa, bem como refletir acerca da organização do trabalho pedagógico, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima buscou a construção de um Projeto em consonância com o cenário atual, com a dinamicidade do conhecimento e com as necessidades que envolvem a Instituição, a partir de um intenso trabalho para ampliação do universo informacional.

Assim, o Projeto Político Pedagógico é a configuração da singularidade e da particularidade do CFIS. A sua construção e ressignificação exige uma reflexão a respeito da concepção e das finalidades do processo educativo e social e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão mais aprofundada sobre o indivíduo que a instituição quer formar e de que mundo quer construir com a sua contribuição. Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico envolve, direta e indiretamente, as concepções de homem, mundo, sociedade, educação, cidadão, profissional, conhecimento, currículo e processo de ensino e de aprendizagem, concepções a partir das quais o Projeto é delineado, elaborado, vivenciado e avaliado.

Como construção coletiva, revela-se uma tarefa complexa e demorada, pois sendo elaborado e vivenciado por todos, requer mudanças de mentalidade, e uma avaliação constante do “pensar”. Desse modo, é preciso entender o Projeto Político Pedagógico enquanto forma de reflexão do cotidiano organizacional, pois, a todo momento deve-se pensar as ações socioeducativas no sentido de melhorá-las, garantindo a construção e reconstrução do saber diante da necessidade da formação plena e integral do indivíduo como cidadão de direito.

O resultado do trabalho desenvolvido pelo Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima segue, neste Projeto, com o desafio de sua viabilização, envolvendo muitas vidas e histórias pessoais, o que remete a importância da OSC analisar a situação, levar em conta suas concepções e propor o que é conveniente, sem deixar de ousar, num processo constante de reflexão - ação - reflexão.

Sendo assim, todo processo de elaboração desta proposta que se estrutura neste documento, resulta em algo inacabado, uma vez que é um processo, é uma “sinfonia



inacabada”, caracterizando uma constante (re)construção, (re)contextualização, (re)significação numa caminhada que está apenas começando.



4. IDENTIFICAÇÃO DA OSC

O Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, fundado em 1996, é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos ou econômicos, com personalidade jurídica de direito privado, qualificada e certificada como Entidade Beneficente da Assistência Social pelo Governo Federal, por meio da portaria nº 87, de 26 de agosto de 2016, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Ao longo de 26 anos de existência, possui uma história de luta buscando de forma contínua, planejada, permanente e gratuita, executar serviços, programas e projetos no âmbito da Política de Assistência Social, articulado em parceria com outras Políticas Públicas Setoriais e Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos, realizando atendimento e assegurando a defesa e garantia dos direitos a famílias e indivíduos, que se encontram em situação de perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e/ou em exposição às diferentes formas de ameaça e violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos, residentes nos Municípios do Estado do Ceará.

Assim, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima busca ser referência no atendimento, na defesa e garantia de direitos de usuários do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, por meio de ações preventivas e protetivas, pautadas na defesa e afirmação dos direitos, desenvolvimento de competências, potencialidades e experiências promovendo a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das situações de violência, preconceito, discriminação e de exclusão social.

LINHA DO TEMPO

PROJETOS E PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIAL E ARTICULADOS COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS.

PERÍODO DE 1996 A 2006.

- Projeto Nutrição Saudável
- Projeto Terceira Idade em Ação
- Projeto Reforçando a Educação



**PROJETOS E PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ESPECIAL E ARTICULADOS COM OUTRAS POLITICAS
PÚBLICAS SETORIAIS.**

PERÍODO DE 2007 A 2024

- Projeto Capacitação Profissional Transformando o Futuro
- Projeto Espaço de Vida, Esporte, Arte-Educação
- Projeto CEI São Bernardo
- Projeto Oficinas do Conhecimento e Cidadania
- Projeto Força da Mulher
- Projeto Terceira Idade em Ação
- Projeto Ação Global em Ação
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
- Projeto “Mostra Criativa Popular”
- Ações de Qualificação Social e Profissional – QSP, do PROJOVEM trabalhador – juventude cidadã
- Programa Segundo Tempo
- Projeto Inclusão Social com Arte, Educação e Cidadania
- Cursos de Qualificação Profissional - Guaiúba
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
- Projeto de Prevenção, Minimização e Avaliação dos Impactos da Copa / FIFA-2014
- Projeto de Cogestão de Centros de Acolhimento Institucional para criança e adolescente (0 a 18 anos)
- Projeto “8ª Feira do Emprego e Empreendedorismo do Ceará”
- Projeto Cavaleiro do Futuro
- Projeto Por Uma Fortaleza Sem Trabalho Infantil
- Execução de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- Unidade recebedora vinculada ao Programa Fome Zero – Município de Fortaleza
- Programa Todos contra o Mosquito
- Projeto Criando Oportunidades – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense
- Projeto Garantindo Acessibilidade



- Projeto Disseminação e Fortalecimento da Gestão do SUAS e Assessoramento aos Municípios
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no âmbito Municipal - Fortaleza
- Projeto Aprender, Brincar e Crescer – ABC Serrinha
- Projeto Aprender, Brincar e Crescer – ABC Cajueiro Torto
- Projeto Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS
- Projeto CREAS Regional Fortaleza
- Projeto Gerenciamento dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social – CITS
- Acolhimento Institucional Maracanaú
- Qualificação da Gestão do Trabalho na área de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
- Projeto Primeiro Olhar
- Gerenciamento do Complexo Social Mais Infância: Cristo Redentor
- Gerenciamento do Complexo Social Mais Infância: Barbalha
- Gerenciamento do Complexo Social Mais Infância: Curió
- Qualificação da Gestão e Apoio Técnico aos Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade;
- Projeto CREAS Regional I – Região do Cariri e CREAS Regional II – Região Grande Fortaleza;
- Projeto CREAS Regional III – Região Vale do Jaguaribe.
- Projeto Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Francisca Clotilde – CRM 24 horas.

4.1. Missão

Ofertar atendimento e proteção às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos adultos, aos idosos e às famílias em situação de vulnerabilidade, risco pessoal, social, ameaça e/ou violação de direitos, buscando a efetivação dos direitos socioassistenciais, a construção e afirmação de direitos, a promoção da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais.

4.2. Visão

Ser referência no atendimento e na defesa e garantia de direitos por meio de ações de inovação social que suscitem o desenvolvimento de potencialidades, com vistas ao alcance de



alternativas emancipatórias para o enfrentamento da violência, do preconceito, da discriminação e da exclusão social.

4.3. Valores

Respeito, compromisso, ética, transparência e responsabilidade social.

4.4. Objetivo

Promover o atendimento, defesa e garantia de direitos de forma contínua, planejada e permanente às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos adultos, aos idosos e às famílias em situação de vulnerabilidade, risco pessoal, social, ameaça e/ou violação de direitos, residentes nos municípios do Estado do Ceará, por meio da execução de serviços, programas, projetos e benefícios articulados à Rede Socioassistencial, às Políticas Públicas Setoriais e aos Órgãos de Defesa e Garantia de Direitos, assegurando a sustentabilidade e a defesa de direitos, colaborando para a construção de contextos inclusivos, o desenvolvimento de potencialidades e autonomia, a participação social, a ampliação do universo informacional e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

4.5. Objetivos Estratégicos

- Promover a Inclusão Social;
- Proporcionar a formação continuada;
- Assegurar a qualidade dos serviços prestados;
- Ampliar o número de parcerias;
- Diversificar as fontes de financiamento;
- Assegurar uma gestão de marketing e fortalecer a imagem institucional (sites, redes sociais);
- Proporcionar a gestão de boas práticas relativas à coleta e tratamento de dados pessoais por meio de adequação à LGPD¹;
- Monitorar a execução para alcance de resultados.

4.6. Certificações

- **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS**, concedido pela Secretaria Nacional de Assistência Social, conforme a Portaria n° 51, item 29, de 27 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019.31, com validade até 31 de agosto de 2025.

¹ Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



- **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS**, concedido pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SDHDS do Município de Fortaleza, com validade até 16 de março de 2024.
- **Conselho Municipal de Assistência Social Fortaleza – CMAS do Município de Fortaleza**, Certificação da inscrição como Organização de Assistência Social, desde 13 de dezembro de 2014, com validade até 30 de abril de 2024.
- **Conselho Municipal de Assistência Social de Maracanaú- CMAS do Município de Maracanaú**, inscrição como Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade - Acolhimento Institucional de Crianças, desde 30 de julho de 2018, com validade até 30 de abril de 2024.
- **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA do Município de Fortaleza**, inscrição como Organização de Assistência Social desde 2009, com validade até 14 de dezembro de 2025.
- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Maracanaú** com inscrição como Organização de Assistência Social desde 2022, com validade até 18 de agosto de 2025.

4.7. Estrutura física e área de abrangência

O Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima está localizado em área urbana, numa via asfaltada com iluminação pública e boas condições de conservação geral. O imóvel é de fácil acesso, estando próximo a uma via arterial urbana de alta capacidade, nomeadamente, Avenida Washington Soares (CE-040). Esta via é de longa extensão, sendo identificada como uma das mais importantes de Fortaleza por conectar toda a Zona Leste (de Norte a Sul), interligando os bairros Edson Queiroz, Engenheiro Luciano Cavalcante, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Manibura, Cambeba, Messejana e outros, além disto, é acesso direto para parte da Região Metropolitana. O deslocamento na área é facilitado pela oferta/uso de transporte público diário.

Possui placa indicativa e instalações internas em boas condições de acabamentos, espaços amplos com iluminação, ventilação, segurança e acessibilidade satisfatória, apropriadas para regular funcionamento, respeitando as condições de higiene, salubridade e segurança estabelecida pelos órgãos competentes, conforme discriminado:



Espaço Físico	
Estrutura Física da OSC	
Salão Principal	01 hall de acesso ao piso superior
Recepção	Copa/Cozinha
01 salão de convivência	Diretoria Executiva
01 Sala de atendimento Individual e familiar	Gestão Administrativa e Financeira
Refeitório	Gerência Geral
Laboratório de informática	Gestão Financeira
02 Salas para Atividades	Financeiro
03 Banheiros adaptados	Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos
03 Banheiros para funcionários	Gestão de Projetos Socioassistenciais
01 Despensa para materiais de limpeza e higiene	Assessoria Técnica
01 Despensa para alimentos	Qualificação Profissional e Comunicação
01 Abrigo para gás	Gestão Operacional e Manutenção
Espaço restrito aos colaboradores	Sala de Reunião e Multiuso
03 salas de Arquivos Institucionais	
1.1. Recursos Materiais	
Equipamentos para áudio, vídeo, foto e processamento de dados	
29 Câmera de segurança	14 Notebooks
01 Caixa de som amplificada	01 Projetor multimídia
19 Computadores (monitor, mouse, teclado, CPU e estabilizador)	01 Tela de Projeção
08 Impressoras	03 Televisor
	02 Microfones
Aparelhos e equipamentos de comunicação	
03 Aparelhos Celulares	01 Telefone sem fio
Mobiliário em geral	
07 Armários em mdf	105 Cadeiras plásticas sem braço
02 Armários de aço com 12 portas (guarda-volumes)	60 Carteiras escolares com braço
03 Armários de aço com 02 portas	01 Conjunto de cadeiras, 2 e 3 lugares
01 Arquivo de aço com 04 gavetas	05 Estantes de aço
01 Bancada em U (ilha de trabalho)	04 Gaveteiros em mdf
01 Bancada p/ computadores c/ 10 lugares	01 Longarina em material plástico com 03 lugares
02 Bancos de madeira	02 Mesa aparador de mármore com tampo de vidro
08 Bancos de madeira para mesa de refeitório	01 Mesa mármore
06 Banquetas de plástico	05 Mesas Plásticas quadrada
02 Birô de madeira com tampo de vidro	01 Mesa mdf redonda
03 Birôs com 03 gavetas	04 Puffs



04 Birôs com 02 gavetas	01 Perfurador Manual para encadernação
06 Birôs sem gavetas	01 Guilhotina manual
01 Birô de madeira oval	01 Purificador de água
06 Birôs formicados	05 Flanelógrafos
01 Botijão de gás p13	09 Quadros brancos
08 Cadeiras acolchoadas com armação fixa	01 Tatame com 24 peças
33 Cadeiras giratórias acolchoadas s/ braço	
Equipamento de proteção, segurança e socorro	
06 Extintores de incêndio	
Máquinas e equipamentos diversos	
16 Aparelhos de ar condicionado	01 Liquidificador industrial
02 Bebedouros geláqua	01 Sanduicheira elétrica
01 Espremedor de frutas	02 Microondas
01 Fritadeira elétrica	01 Purificador de água
01 Fogão industrial 04 bocas	01 Ventilador de coluna
02 Geladeira frost free duplex	09 Ventiladores de parede

✓ **Material didático, pedagógico, esportivo e utensílios de cozinha**

Compatíveis aos serviços desenvolvidos.



FINALIDADES

O **Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima**, é uma Organização da Sociedade Civil com atuação no âmbito da Política de Assistência Social que se pauta pela busca do aperfeiçoamento constante, procurando desenvolver suas ações mediante um processo contínuo de acompanhamento, validação e reformulação, o que pressupõe sempre, dispor de instrumentos capazes de orientar e conduzir esse processo. Neste contexto, desenvolve ações em consonância com sua missão com ênfase nos seguintes destaques:

- ✓ Universo Informacional - Ênfase na aprendizagem voltada ao desenvolvimento de habilidades, de competências, autonomia e cidadania;
- ✓ Trabalho Coletivo;
- ✓ Responsabilidade Social;
- ✓ Tecnologia da Informação - Inserção e manutenção no novo ambiente social, tecnológico e produtivo, permeado pela tecnologia da informação, é uma estratégia prioritária para a efetividade das ações a serem oferecidas;
- ✓ Organização e Gestão - O modelo de organização e gestão participativa é um dos suportes fundamentais para o êxito das ações desenvolvidas pela Instituição. Reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social isto é, como uma organização que possui atuação na área de assistência social. E preocupada em manter-se atualizada e integrada às transformações sociais, econômicas e legais ocorridas nos sistemas produtivos, a instituição vem se fortalecendo pela qualificação e pelo efetivo trabalho prestado no âmbito da proteção social básica, da proteção social especial de alta e média complexidade e por atuar intersetorialmente na busca da promoção de direitos.



5. MARCO OPERACIONAL

Tendo em vista a função de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade a fim de possibilitar condições de emancipação humana, a OSC assume o compromisso de assegurar um processo de trabalho qualitativo a todos e ampliação do saber sistematizado indispensável para o exercício da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, busca ações socioeducativas que perpassam toda a Política da Assistência Social. Ofertando aos cidadãos um conjunto diversificado de oportunidades e aprendizagem que objetivam, entre outros, o desenvolvimento da autoconfiança e de capacidades com vistas à construção de um novo projeto de vida. O campo socioeducativo tem como especificidade a promoção de aprendizagens de convívio social e de participação na vida pública. Condição necessária para que crianças, adolescentes, jovens e adultos alcancem, sobretudo, sentido de pertencimento e inclusão social, favorecendo integração a redes de proteção social que fluem pela via do Estado, das famílias e comunidades.

Como todas as demais OSC's que compõem o Terceiro Setor é necessário planejar, estabelecer objetivos, criar planos e definir a orientação a ser seguida. Faz-se indispensável possuir ferramentas que orientem o processo gerencial através da consolidação do:

5.1. Recursos Humanos

Acreditamos ser de grande importância, para o crescimento da organização definirmos alguns princípios que orientem os passos no processo de contratação das pessoas.

É importante a definição do perfil desejado dos profissionais de todas as áreas de atuação, para que seja possível concretizar a visão e a missão da OSC, com a finalidade de fazer com que todo e qualquer trabalho seja realizado por profissionais qualificados e de acordo com a função.

É necessário, também, que se esteja disponível para assumir o processo de formação continuada e, assim, desenvolver, permanentemente novas habilidades e novas competências.

Até a presente data, a OSC possui uma equipe composta por 336 (trezentos e trinta e seis) colaboradores, contratados em regime celetista:

SETORES DE ATUAÇÃO	CARGO	Qtde	FORMAÇÃO MÍNIMA
Técnicos de Gestão de Projetos Equipamentos Sociais	Advogada Generalista	4	Superior completo e experiência em função congênere
	Agente de Proteção Social	2	
	Agente de Ação Social	1	
	Agente Educacional	1	



**Centro de Formação e Inclusão Social
Nossa Senhora de Fátima**

Financeiro RH Jurídico	Assistente Social	21	
	Avaliador Físico	3	
	Consultor Jurídico	1	
	Coordenador Administrativo	2	
	Coordenador de Administração de Pessoal	2	
	Coordenador de Projetos Sociais	5	
	Gerente Administrativo	3	
	Gerente de Divisão de Pesquisa e Análise	1	
	Gerente de estudos e projetos	2	
	Gerente de planejamento e estatística	1	
	Gerente de relações humanas	2	
	Gerente de serviços sociais	1	
	Musicólogo	3	
	Orientador Profissional	2	
	Pedagogo (a)	8	
	Psicólogo(a) Organizacional	1	
	Psicólogo(a) Social	16	
	Técnico de Orientação Profissional	14	
	Total	96	
Equipamentos Sociais Compras e Cotação Logística Administrativo	Agente administrativo	5	: Médio e/ou superior incompleto
	Agente administrativo Supervisor	6	
	Arte Educador	12	
	Assistente Administrativo	13	
	Assistente de Escritório	9	
	Assistente de controladoria	1	
	Auxiliar Administrativo	4	
	Auxiliar de custos	4	
	Auxiliar de compras	1	
	Auxiliar de escritório	1	
	Auxiliar de estatística	1	
	Auxiliar de logística	1	
	Auxiliar financeiro	1	
	Contínuo	1	
	Coordenador Pedagógico	4	
	Coordenador Executivo	1	
	Cuidador	18	
	Educador social	4	
	Encarregado administrativo	5	
	Estoquista	3	
	Socioeducador	21	
	Supervisor Administrativo Interno	1	
	Supervisor de Administração	1	
Supervisor de Administração e Arquivo Técnico	4		
Supervisor Administrativo de escritório	3		
Supervisor Administrativo de Pessoal	2		
Supervisor de almoxarifado	1		



	Orientador Socioeducativo	1	
	Total	129	
Manutenção e Conservação Transporte Copa e cozinha Segurança e Recepção	Auxiliar de cozinha	5	Fundamental e/ou experiência em função congênera.
	Auxiliar de limpeza	10	
	Auxiliar de manutenção predial	3	
	Cozinheiro Geral	10	
	Faxineiro	1	
	Merendeira	2	
	Motorista de Automóveis	11	
	Servente de limpeza	22	
	Porteiro	47	
	Total	111	

Portanto, este documento é o resultado de um esforço conjunto de todos que trazem consigo a marca que identifica a essência da atuação do trabalho em equipe, fundamentada em um modelo de gestão participativa e comprometida com a assertividade, suporte fundamental para o êxito das ações desenvolvidas por esta OSC que compõe a rede privada socioassistencial do Estado do Ceará.



6. MARCO CONCEITUAL DO TRABALHO

A proposta pedagógica expressa a sua intencionalidade educativa e social na busca por colaborar com o desenvolvimento da autonomia, do protagonismo e da promoção social junto aos indivíduos e famílias atendidas pelo Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, em conformidade liberações legais.

Esta proposta nasce das demandas sociais apresentadas, interesses e especificidades da população e do território em que está inserida e dos sujeitos com os quais irá interagir. Está firmada, sobretudo, na garantia de proteção social de crianças e adolescentes, famílias e idosos, fazendo-se estratégia enquanto forma de prevenção e enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Logo, as diretrizes que regem o trabalho desta proposta são:

- Reconhecimento de que as famílias, crianças, adolescentes, jovens e idosos devem ser respeitados em suas especificidades e capacidades, contemplando a diversidade humana e cultural, na perspectiva dos direitos humanos e refutando as práticas baseadas no senso comum, que reproduzem idéias carregadas de preconceitos e culpabilizam as famílias por sua situação social;
- Reconhecimento do ciclo de vida dos beneficiários e suas características em cada período etário;
- Reconhecimento da convivência familiar e comunitária enquanto espaços de referência de socialização e proteção;
- Ênfase na articulação com a rede de serviços socioassistenciais, intersetoriais e outras instâncias do Sistema de Garantia de Direitos de maneira a potencializar oportunidades de promoção social e proteção social;
- Qualidade, gratuidade e flexibilidade na prestação dos serviços ofertados pelo Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima, contemplando as demandas, interesses e especificidades da comunidade e do público beneficiados e sua participação no processo de planejamento das atividades;
- Atitude receptiva e acolhedora no atendimento do público beneficiário, independente da modalidade de serviços ofertados;
- Integração das ações voltadas para o mercado de trabalho com as ações no campo da Assistência Social, ofertando ações de promoção social e viabilizando o



desenvolvimento do protagonismo, da participação cidadã, da mediação para o acesso ao mercado do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas;

- Ênfase no aprimoramento e capacitação profissionais junto à equipe do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima na garantia do fortalecimento institucional e da qualidade na prestação dos serviços;
- Articulação e diálogo com as Universidades, através de projetos de extensão universitária de modo a fortalecer os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima.

6.1. Pressupostos teóricos para o processo socioeducativo

Atualmente impulsionadas pelas profundas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, as organizações da Sociedade Civil, buscam integrar a educação geral com a formação inicial e continuada, transformar as relações hierárquicas e rígidas que ainda predominam no interior das organizações sociais e construir um ambiente de diálogo entre os atores envolvidos, centrado na capacidade de ouvir o outro, na auto avaliação e na responsabilidade social.

Para nossa Instituição, educar é uma ação intencional e política, possibilitando ao indivíduo aprender a conhecer, viver, conviver, agir e transformar a sociedade. Uma educação participativa e de qualidade social deverá ser capaz de gerar junto à comunidade ferramentas para que as pessoas possam:

- Interferir e participar na vida pública;
- Defender seus legítimos direitos e ampliá-los;
- Entrar e permanecer no mundo do trabalho;
- Ampliar a visão crítica de mundo;
- Preservar o meio ambiente;
- Assumir responsabilidade social.

Portanto, é necessário que as formações iniciais e continuadas, realizadas através dos cursos de capacitação e qualificação profissional e oficinas de aperfeiçoamento, inclusão social e produtiva, estimulem a busca de conhecimentos produtivos e tecnológicos, a constituição e desenvolvimento de habilidades, competências, criatividade, transformação e a humanização das relações produtiva e sociais.

É preciso investigar e descobrir caminhos ainda não percorridos, a fim de fortalecer cada vez mais o convívio familiar, social, comunitário com o mundo do trabalho, rompendo com a desigualdade e exclusão social.



A educação profissional e socioprofissional e a formação cidadã deverá complementar os conhecimentos que os indivíduos e as comunidades possuem, buscando fortalecê-los por meio de um processo educativo que vise a inserção social e a ação participativa. Deve estar voltada para a capacitação para o trabalho e para a melhoria da qualidade de vida, tendo como orientações básicas:

- Sensibilizar e mobilizar pessoas, organizações e comunidades para a busca de soluções para seus problemas, para a superação das diferentes formas de exclusão social e para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva;
- Contribuir para que o indivíduo, percebido em todas as suas dimensões e necessidades, desenvolva todas as suas potencialidades, estimulando um contínuo e permanente processo de conhecimento;
- Fortalecer as pessoas, as organizações e as comunidades para defesa de suas causas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- Ter como valores e princípios baseados na autonomia das pessoas, organizações e comunidades, a participação no coletivo no qual estão inseridas: a ética, a solidariedade e o respeito à diversidade.

Frente às mudanças nas últimas décadas, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima busca realizar um processo socioeducativo, de ampliação de oportunidades e conhecimentos baseado na sociabilidade e no desenvolvimento humano, promovendo e estruturando formas de convivência e de relações entre os homens e entre eles e o meio em que atuam e intervêm, superando a rigidez das técnicas de trabalho e do mundo contemporâneo.

O Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima – CFIS procura realizar um trabalho social baseado em princípios democráticos que favoreçam a igualdade de oportunidades de conhecimento em que os beneficiários adquiram a capacidade de serem críticos e atuantes.

Considerando a mudança de paradigmas e as transformações sociais, familiares e política a OSC procura desenvolver um trabalho dentro da ética coletiva, revendo as ações e sua própria organização, através de uma contínua atividade investigativa e sempre fazendo reflexão na sua própria ação. Frente à exigência de atuação do sistema protetivo de atuar de forma integrada e articulada, para atender às demandas da população é oportuno refletir sobre o desenvolvimento de estratégias de gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, talvez, o



único caminho possível para enfrentar situações geradas por condições multicausais. Portanto oferta serviços socioassistenciais no âmbito da proteção social², em seus níveis:

1. **Proteção Social Básica (PSB)**, cujo objetivo é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como visa o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. No CFIS, seja na sua sede ou nos equipamentos sociais em parceria com o Poder Público, são ofertados os serviços socioassistenciais para crianças, adolescentes e suas famílias;

2. **Proteção Social Especial (PSE)**, cujo objetivo é atender as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Nesta proteção, o CFIS tem executado Projetos, em parceria com o Poder Público, no âmbito da PSE de média e alta complexidade.

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas e implementação de ações integradas para superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população.

Na perspectiva da promoção social, a OSC propõe ofertar formação inicial e continuada, através de cursos de qualificação profissional, cursos de capacitação profissional e oficinas de inclusão social e produtiva na perspectiva da inclusão social, tecnológica e produtiva, com foco na empregabilidade e na formação humana.

Assim posto, esta proposta pedagógica abrange a concepção de que cada pessoa é capaz de construir seu próprio conhecimento. A base dessa construção não é solitária e o processo de aprendizagem se realiza no convívio social, na interação do sujeito com os objetos e ambientes que o rodeiam, entendendo-se por objetos, inclusive, outros indivíduos e as produções culturais, econômicas e sociais.

Dessa forma, compreende-se que a aprendizagem no âmbito dos serviços ofertados é concebida como um processo de formação que se realiza a partir das experiências vividas nos diversos espaços a que tem acesso e na interação com o mundo e entre as pessoas. Esta

²A Proteção Social é um conceito amplo, que surge no Brasil nos meados do Século XX, para compreender as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger o conjunto de sua população. Compreendem todo um sistema de segurança contra riscos, perdas e danos pessoais e sociais, que afetam as condições de vida dos cidadãos. Essa segurança deve ser tanto de distribuição de bens materiais quanto de bens culturais que permitam a sobrevivência e a integração dos indivíduos na vida social. A proteção social, como política social do Estado, emerge sob determinadas condições históricas e adquire diferentes formas, dependendo da trajetória econômica e política do desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores em cada realidade social.



concepção tem seus princípios baseados em uma **proposta pedagógica interacionista e construtivista**, cujos pressupostos indicam que é preciso que o educador³ considere, em seu trabalho, as características sociais, históricas e as experiências de vida dos beneficiários atendidos. Para tanto, este educador deverá pautar sua prática em concepções teóricas que visem a "formação do sujeito histórico capaz de desenhar o roteiro de seu destino e de nele participar ativamente". (Demo, 1993:25).

Assim, na perspectiva da teoria da aprendizagem fundamentada nas Teorias do Construtivismo e Interacionismo, é importante considerar:

1 – Construtivista (Piaget) - se refere aos aspectos lógicos da aprendizagem, em constante interação com questões que mobilizem o pensar. O pensar produz conhecimento e a ação que produz conhecimento é a ação de resolver problemas. Assim, é necessário possibilitar que a inteligência de quem aprende aja sobre o que se quer explicar. No construtivismo a aprendizagem se realiza a partir do conhecimento de cada sujeito, ou seja, conhecer para aprender.

2 – Interacionista (Vygotsky) - considera que os elementos biológicos e sociais não podem ser dissociados e exercem influência mútua. Na interação contínua e estável com os outros seres humanos, o sujeito desenvolve todo um repertório de habilidades. Passa a participar de um mundo simbólico, comunica-se através da linguagem, compartilha a história, os costumes e hábitos de seu grupo social onde o desenvolvimento humano se dá numa rede de relações, num jogo de interações em que diferentes papéis complementares são assumidos e atribuídos por vários participantes. O que um sujeito é em cada momento está ligado às interações que ele estabelece com outros sujeitos e aos papéis que assume em relação aos outros e os outros em relação a ele. Papéis que são definidos segundo ideias e valores de determinados grupos em relação a outros grupos.

Dessa forma, compreende-se que a aprendizagem é um processo de formação que se realiza a partir de experiências vividas nos diversos espaços a que se tem acesso e na interação com o mundo e as pessoas. Assim, possibilita aos indivíduos um pleno exercício de práticas que possibilitem a organização de objetivos comunitários, sejam voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos, buscando a transformação de suas condições sociais e locais na direção da qualidade de vida cidadã.

³ O Educador aqui não necessariamente se refere ao cargo ocupado do profissional. Mas é todo e qualquer profissional que, atendendo as crianças, adolescentes, idosos, jovens e famílias contribuem com seu processo de aprendizagem direta ou indiretamente, através do seu fazer profissional, a partir de uma intencionalidade da ação.



Prioriza-se a atribuição de significado ao conteúdo de aprendizagem nas diversas atividades realizadas, incentivando práticas que levem à apropriação de conhecimentos, atitudes e desenvolvimento de habilidades pessoais, profissionais e, de cidadania. Nesta postura, o papel do educador em sua relação com os participantes das atividades é de instigar e provocar reflexões frente à realidade social.



7. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Em princípio, a OSC é inteiramente organizada e favorece um processo de ensino e de aprendizagem de acordo as deliberações legais e realiza a preparação do instrutor de que seu papel deve ser de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências e procurando compreender, numa relação empática, os sentimentos e os problemas de seus beneficiários e levando-os à autorrealização.

A ousadia de promover um trabalho social articulado à proteção social e à promoção social incita-nos a pensar sobre “o como fazer”, metodologicamente falando, para alcançar os resultados pretendidos acerca dos objetivos propostos nos programas, projetos e serviços do Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima.

Cabe ressaltar que esta proposta vem afirmar direitos humanos fundamentais e dentre eles, são elencandos o direito à proteção social, ao respeito e à dignidade humana.

Entre as principais transformações do processo de formação e universalização do conhecimento é visto como um processo em que o aluno está envolvido ativamente e no qual as diferenças devem ser consideradas e respeitadas. O conhecimento precisa estar a serviço da aprendizagem, devendo ser constantemente elaborado, repensado e avaliado.

Nesse sentido, é preciso assumir uma concepção mais crítica do processo socioeducativo, o que significa entendê-lo como uma etapa importante, para promoção da inclusão social. Um ensino de qualidade social pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Uma educação crítica deve romper com a prática pedagógica centrada no conteúdo, no repasse da informação, na busca de assimilação e retenção dos conteúdos pela via da repetição e da memorização.

Atendendo, pois, aos preceitos dos direitos humanos, as orientações didático-metodológicas se apresentam como um norteador do planejamento do trabalho. Há que se compreender que existe um processo de ensino-aprendizagem de conteúdos e práticas, que devem ser capazes de desenvolver a capacidade do pensar humano. Tendo em vista que o público beneficiário dos programas, projetos e serviços ofertados pelo CFIS são indivíduos que, prioritariamente, estão em situação de vulnerabilidade e risco sociais, as orientações didático-metodológicas devem contemplar uma linha de ensino-aprendizagem que facilite a construção de novos conhecimentos, ressignifique práticas e potencialize a autonomia dos sujeitos de maneira didática e que promova o diálogo e a reflexão crítica da realidade.

Dessa forma, é essencial desenvolver a capacidade de aprender a aprender e aprender a pensar, de criar condições favoráveis ao desenvolvimento das competências necessárias à



busca e seleção de informações, ao seu processamento, à reelaboração e reconstrução permanente, a fim de melhor entender uma realidade em mudança do conhecimento. Frente a estes desafios que a educação impõe o trabalho intersetorial desenvolvido pela Instituição respeita e organiza-se nas quatro aprendizagens essenciais que, ao longo da vida, são os pilares do conhecimento para a realização de um processo socioeducativo:

- **Aprender a conhecer:** através da ação-reflexão-ação favorecem espaço para a curiosidade desenvolvendo o espírito de busca, de pesquisa, do prazer da própria descoberta e de novas fontes de saber. O conhecimento é percebido como o resultado entre a interação do sujeito com a informação e o significado que este lhe atribui. No processo de construção do conhecimento o educando é o protagonista, sendo o processo mediado pelo educador.

- **Aprender a fazer:** consiste essencialmente em aplicar, na prática, seus conhecimentos teóricos. É fundamental que o educando saiba se comunicar, não apenas reter e transmitir informações, mas também interpretar e selecionar, desenvolvendo habilidades e competências para o trabalho. O aprender a conhecer e o aprender a fazer são indissociáveis, sendo que o aprender a fazer está ligado à formação profissional.

- **Aprender a conviver:** trata-se do campo das atitudes e valores. A Instituição é um espaço social onde se aprende a acolher e respeitar as diferenças, através da vivência de relações pautadas no diálogo em atitude de cooperação, solidariedade e responsabilidade na busca de uma cultura de paz, tolerância e compreensão.

- **Aprender a ser:** direcionada à formação individual no que se refere à educação de valores e atitudes. A Instituição oportuniza vivências para o autoconhecimento, entendendo o indivíduo como corpo, espiritualidade, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, individual e ética. Pretende-se formar sujeitos autônomos, intelectualmente ativos e independentes, capazes de estabelecer relações interpessoais, de comunicarem e evoluir permanentemente, intervindo de forma consciente e proativa na sociedade.

Portanto, os princípios norteadores da ação pedagógica dão identidade às instituições, tendo caráter permanente e servem como orientadores para todos os planejamentos e projetos desenvolvidos. Para tanto, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima – CFIS trabalha a partir dos princípios da **Educação Popular** e das diretrizes da **Política Nacional de Assistência Social** como eixos norteadores das orientações didático-metodológicas.

Princípios da Educação Popular adotados na proposta:



1. Igualdade plena do ser humano - o primeiro princípio da Educação Popular deve ser o da Igualdade Plena do ser humano, que passa pela ampliação e democratização das oportunidades de aprendizagem na busca da inclusão social;

2. Reflexão e questionamento - desenvolver um pensar que nos leve ao entendimento da sociedade atual:

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “imersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também, alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes, combatida esperança (FREIRE, 2000).

3. O homem não pode ser objeto de sua educação, ele precisa ser o próprio sujeito de seu processo de aprendizagem. Logo, as diversas formas do saber devem ser valorizadas.

4. Educação para e pela cidadania. Não se pode pensar em participação e protagonismo social sem uma educação com foco na cidadania.

Diretrizes da Política de Assistência Social:

São cinco diretrizes⁴, contudo, o Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima aborda na execução dos Projetos as seguintes:

1. Segurança do convívio familiar - oferta de serviços que garantam oportunidades de construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento;

2. Segurança do desenvolvimento da autonomia individual - ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da cidadania e conquista de maior grau de independência pessoal;

3. Segurança de Acolhida provida através de ofertas públicas de serviços de abordagem em territórios de incidência de situações de risco, e de rede de serviços para a permanência de indivíduos e famílias, através de alojamentos, albergues e abrigos. Pressupõe, ainda, condições de recepção, escuta profissional qualificada e resolutividade no atendimento.

⁴ As outras duas seguranças são: **4.Segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais** - exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia de caráter transitório (benefícios eventuais) para as famílias, seus membros e indivíduos; **5. Segurança social de renda** - operada através de concessão de bolsas-auxílio e benefícios continuados.



Os processos de ensino-aprendizagem que perpassam os serviços socioassistenciais e de promoção social podem ser planejados mediando planos de trabalho em formatos de oficinas socioeducativas e/ou outros formatos, mas que tenham como diretriz um planejamento que contemple *etapas* durante o *encontro* com os beneficiários, que tem um objetivo intencional.

Logo precisa ser estruturado, contemplando⁵: 1) o momento da acolhida com os beneficiários; 2) o momento da sensibilização do beneficiário para integrá-lo à atividade principal do encontro; 3) a atividade principal, cujos objetivos a serem alcançados estão definidos, a metodologia do trabalho e o uso dos recursos e; 4) o encerramento do encontro com uma breve proposta de avaliação para identificar não só o nível de satisfação do serviço prestado, mas identificar se os objetivos do encontro foram alcançados.

Abaixo segue uma sugestão de estrutura de Plano de Encontro:



CENTRO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

PLANO DE ENCONTRO

Projeto:	
Executora:	Centro de Formação e Inclusão Social Nossa Senhora de Fátima
Unidade:	
Endereço:	
Curso/Turma:	
Data:	___ / ___ / ___
Módulo:	
Horário:	Período:
Educador (a):	

CONTEÚDOS: Descrever o conteúdo a ser abordado

OBJETIVOS: O que você deseja alcançar com o encontro?

METODOLOGIA: Criar um roteiro de como serão realizadas as etapas do encontro, por exemplo:

1) Acolhida: atividade de motivação junto às pessoas para participar do encontro

⁵ O modelo exposto neste PPP refere-se a uma sugestão norteadora, tendo em vista que os Projetos podem ter seus instrumentais adaptados conforme a proposta pertinente.



2) Sensibilização: esclarecimento dos objetivos do encontro e buscar contextualizar a importância do assunto a ser tratado;

3) Atividade Principal: Descrever com detalhes as etapas da atividade principal, como será executada.

4) Fechamento do Encontro com Avaliação: por meio de criatividade, deve ser feito um levantamento do nível de satisfação acerca do serviço ofertado e, que aprendizados foram consolidados junto aos participantes. Descrever como será feita a avaliação do encontro.

RECURSOS DIDÁTICOS: Descrever os materiais a serem utilizados, desde mobiliários, eletrônicos, sites, referência bibliográficas, nomes de músicas, etc. Sempre que possível, descrever referência bibliográficas e fontes.

AVALIAÇÃO: Este campo deve ser preenchido após o encontro, com as informações identificadas dos participantes no que se refere a: 1. Que facilidades e dificuldades os participantes apresentaram durante o encontro? 2. Que sugestões foram surgindo? 3. Que pontos importantes a serem registrados neste item para subsidiar os próximos planejamentos ou providências?

Assinatura do Instrutor / Educador / Técnico

As metodologias de ensino⁶ englobam as estratégias ou técnicas utilizadas pelos profissionais para trabalhar os diversos conteúdos/temáticas com a finalidade de atingirem os objetivos de aprendizagem propostos, segundo uma concepção pedagógica. É o caminho para atingir um objetivo, com os meios adequados. (ANASTASIOU, 2004)

No que concerne à Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem das ações, os procedimentos podem ser executados da seguinte forma:

- Nas ações de **Proteção Social** – as aprendizagens serão identificadas a partir dos depoimentos, atitudes, autoavaliação, participação e envolvimento nas reflexões dos conteúdos abordados;

⁶ Entenda-se ensino aqui num conceito abrangente, englobando práticas diversas de caráter pedagógico, não obrigatoriamente o ensino formal.



- Nas ações de **Promoção Social**, como na realização dos cursos – as aprendizagens serão identificadas por meio da avaliação do instrutor/educador e autoavaliação do aluno para identificação do nível de aprendizagem (se satisfatório ou insatisfatório) a fim de recebimento do certificado. Participantes com menos de 75% de frequências poderão receber a Declaração de Participação do Curso, apenas. Os critérios de avaliação são: a) aplicação correta das habilidades desenvolvidas; b) identificação e uso correto dos instrumentos de trabalho e; c) apresentação de postura profissional ética no trabalho.

1. FORMAÇÃO INICIAL				
Apresentação da OSC, com formação específica sobre a atuação institucional, as especificidades, direitos e obrigações, bem como da integração do novo profissional ao ambiente institucional e funcional.				
PROGRAMA 1.1	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO PARA NOVOS PROFISSIONAIS			
Objetivo Geral	Proporcionar ao profissional que está ingressando na OSC o conhecimento da missão, visão e valores institucionais, sua inserção no terceiro setor e histórico de atuação institucional com a finalidade de integração ao ambiente institucional.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• Oferecer aos novos profissionais uma apresentação institucional que contemple as especificidades da atuação e regras de funcionamento;• Propiciar o desenvolvimento de competências essenciais para o bom desenvolvimento de suas atividades, integrando-os no dever ético e nos valores que permeiam as instituições pertencentes ao terceiro setor;• Recepcionar os novos profissionais, enfatizando a importância destes para a OSC.			
Metas	<ul style="list-style-type: none">• Integrar 100% dos novos profissionais;			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">• Percentual dos novos profissionais atendidos por este Programa.			
EVENTO DE FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Integração ao Ambiente Institucional	Palestra	Apresentação institucional - missão, visão, valores, área de atuação e objetivos estratégicos.	2 h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas contratações.
Surgimento, Conceituação e Caracterização do Terceiro Setor;	Treinamento	Desenvolver o conhecimento a respeito do setor e do contexto em que a OSC está inserida.	4h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas contratações.
Legislação Específica Vinculada à Atuação Institucional	Treinamento	Apresentar o aparato jurídico e políticas públicas à que a OSC está submetida.	2 h	De acordo com a demanda, compatível com o número de novas contratações.
TOTAL: 08H/A				
2. FORMAÇÃO CONTINUADA				
Oferta de formações capazes de relacionar os aspectos profissionais à formulação, ao planejamento, à execução dos serviços e ao controle das metas institucionais, além da formação continuada para acompanhamento sistemático dos profissionais, com a finalidade de melhorar o desempenho profissional,				



incrementando a oferta de serviços com critérios de qualidade.

PROGRAMA 2.1		PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA			
Objetivo Geral	Promover a capacitação continuada dos profissionais com a finalidade de garantir a melhoria contínua na qualidade da prestação de serviços.				
Objetivos Estratégicos	- Especializar os profissionais no atendimento ao público-alvo do serviço ofertado; - Formação continuada sobre temas recorrentes do cotidiano; - Oferta de cursos interna e externamente e em parceria com outras organizações; - Capacitar os profissionais para o exercício das funções, por meio de estímulos ao desenvolvimento de competências.				
Metas	- Manter 100% dos profissionais capacitados a cada ano.				
Indicadores de Resultados	- Porcentagem de profissionais capacitados neste Programa				
EVENTO DE FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE	PÚBLICO
Metodologia do Trabalho com Famílias	Minicurso	Promover o conhecimento sobre as novas configurações familiares e a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade e risco.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
Movimentos Sociais, Metodologias Participativas e Educação Popular	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
Exercício do Controle Social e Trabalho em Rede	Minicurso	Discutir e analisar historicamente o exercício do controle social e a atuação dos Conselhos de Direitos. Tratar sobre: Sistema de Garantia de Direitos; Rede de Proteção da Criança e do Adolescente; Rede de Proteção do Idoso; Proteção Social e Trabalho em Rede; Rede no Terceiro Setor.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
Educação em Direitos Humanos	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
Diversidade Cultural, Sexual, Étnica e Religiosa	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Todos os profissionais



Inclusão Social de Pessoas com Deficiência	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Todos os profissionais
Eradicação do Trabalho Infantil;	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
A proteção social a indivíduos e famílias em contextos de violência atendidos pelo SUAS	Minicurso	Promover o conhecimento e a conscientização a respeito do tema abordado.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
A proteção social como forma de enfrentamento a situações de risco e violações de direitos	Minicurso	Promover o conhecimento sobre os cenários de risco social e violações de direitos e suas múltiplas expressões na sociabilidade contemporânea	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos
Gestão Financeira e Orçamentária; Mobilização de recursos;	Minicurso	Promover o conhecimento a respeito das operações financeiras das organizações sem fins lucrativos e as formas de financiamento e suas relações com os órgãos fiscalizadores. Tratar sobre: Captação por editais; Captação por Imposto de Renda; Captação por eventos; Captação de Recursos por patrocínios; Comunicação e Marketing no Terceiro Setor.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e profissionais do setor financeiro CFISNSF
Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento Social	Minicurso	Capacitar os profissionais que atuam na área operacional para a realização de diagnósticos sobre a realidade socioeconômica do público atendido e estratégias de intervenção.	4 h	Anual	Técnicos de nível superior e Coordenadores dos Equipamentos

TOTAL: 44 H/A

3. GESTÃO DO TRABALHO

Desenvolver, promover estudos e articular ações que visem o aprimoramento institucional bem como a criação de um clima organizacional satisfatório.

PROGRAMA 3.1

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Objetivo Geral Usar a comunicação interna como forma de dar transparência à gestão e compartilhar princípios, valores e objetivos do projeto político pedagógico.



Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">Melhorar a comunicação entre setores visando a interação plena.Trabalhar a motivação dos profissionais como resultante de uma comunicação organizacional eficaz.			
Metas	<ul style="list-style-type: none">Manter 100% dos profissionais atualizados a cada ano.			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">Porcentagem de profissionais capacitados neste Programa			
EVENTO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Comunicação em Ambiente Organizacional.	Workshop	Desenvolver uma cultura baseada no diálogo e troca de ideias como estratégia para um bom funcionamento organizacional.	4h	Semestral
Reuniões Periódicas	Reunião	Promover a interação e articulação setorial como instrumento de melhoria do clima organizacional;	2h	Bimestral
TOTAL: 06H/A				
PROGRAMA 3.2	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
Objetivo Geral	Solidificar a identidade institucional e desenvolver oportunidades de relacionamentos e parcerias externamente, reforçando a credibilidade institucional.			
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">Fortalecer a identidade visual por meio de ações que evidenciem os aspectos de padronização da imagem institucional e promovam coerência na veiculação de seus diversos elementos de comunicação;Criar uma identidade positiva e compartilhada por todos os membros da organização como resultado da melhoria da comunicação interna, da visão corporativa, da identidade visual e do atendimento ao usuário;			
Metas	<ul style="list-style-type: none">Criação da assessoria de comunicação.			
Indicadores de Resultados	<ul style="list-style-type: none">Comunicação organizacional integrada.Assessoria de comunicação criada e em pleno funcionamento.			
EVENTO DE FORMAÇÃO	TIPO	OBJETIVO	CH	PERIODICIDADE
Redação Oficial	Workshop	Desenvolver a prática de comunicação verbal (leitura e escrita) e suas orientações para o processo da textualização da correspondência técnico-administrativa, com enfoque no padrão discursivo circulante na área administrativa.	20h	ÚNICA - Conforme a demanda
Marketing Aplicado ao Terceiro Setor	Minicurso	Fortalecimento da imagem institucional.	8h	Anual
Ferramentas de Assessoria de Comunicação	Minicurso	Desenvolver conhecimento técnico para produção de release, press kit, clipping, website e redes sociais dentre outros.	12h	Anual
Media Training	Treinamento	Treinamento específico para fontes e porta-vozes sobre o funcionamento da mídia.	8h	Anual
TOTAL: 48H/A				
TOTAL DE HORAS PARA CAPACITAÇÃO (LINHA 1+ LINHA 2+ LINHA 3)			106H/A	



O Projeto de Educação Continuada para a equipe do CFIS tem como objetivo desenvolver a capacidade de agir e pensar em um processo contínuo de reflexão da prática como fator determinante para uma ação mais consciente, crítica, competente e transformadora, sendo realizada de maneira programada por períodos definidos coletivamente, sempre que necessário, de maneira a atender as necessidades de aprendizagem da equipe profissional.

Desta forma, em treinamentos externos, parcerias para facilitação de oficinas e workshops podem surgir durante o ano. Cabe ressaltar a importância da aproximação com as universidades enquanto campo de diálogo e construção do conhecimento.

Conceito de competência profissional aumenta a responsabilidade da instituição com base em competências profissionais exigidas pela inclusão de novas formas de organização do trabalho. O agrupamento dos conhecimentos que são construídos na prática, a utilização de metodologias que propiciem o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas, comunicar idéias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo, com crescente autonomia intelectual, num contexto de respeito às regras da convivência democrática e em condições de monitoramento dos próprios desempenhos, bem como do desenvolvimento pessoal e profissional, propiciando um clima favorável para que direção e equipe negociem padrões de desempenho, identificando aspectos que precisam ser aperfeiçoados.

A OSC oferecerá um processo formativo de maneira contínua e planejada com o objetivo de disseminar informações e conhecimentos, no âmbito social e educativo, tais como:

- PALESTRAS, SEMINÁRIOS, OFICINAS, ENCONTROS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS E EVENTOS SIMILARES:

Atividades destinadas a grupos com interesses comuns, que se propõem a debater temas pré-determinados de foco social, cultural, educacional ou profissional.

- CONCURSOS, DESFILES, FESTIVAIS, EXPOSIÇÕES, FEIRAS DE PRODUTOS EQUIPAMENTOS

Atividades destinadas à divulgação de trabalhos desenvolvidos; à promoção de empresas do setor; à demonstração de produtos; à disseminação de inovações tecnológicas.

- CAMPANHAS E OUTROS EVENTOS DE CARÁTER SOCIOPROFISSIONAL E CULTURAL

Atividades de caráter social, realizadas junto à comunidade, objetivando o desenvolvimento da cidadania e o cultivo de valores que estimulem a solidariedade.

- PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO

Atividade que tem por objetivo possibilitar, ao público em geral, maior acesso à informação, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.



- TELECONFERÊNCIA

Objetiva a disseminação de informações, com interação em tempo real, estando os participantes em ambientes fisicamente distintos.

- ASSESSORIA E CONSULTORIA

Essas atividades têm por objetivo contribuir para a melhoria do desempenho na execução das ações mediante orientação na implantação ou aprimoramento de processos e sistemas, adoção de novas tecnologias e utilização de novas estratégias gerenciais.



8. RESULTADOS ESPERADOS

- Aumento das oportunidades de promoção social para as famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais através da oferta de serviços de qualificação profissional e formação humana;
- Contribuição para o fortalecimento da cidadania por meio das ações socioeducativas de fomento ao protagonismo e participação social, inseridas nos programas, projetos e serviços da OSC;
- Colaboração para a ampliação da capacidade de indivíduos e famílias ao enfrentamento e enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco sociais;
- Contribuição para redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território da OSC;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência na perspectiva do território;
- Ampliação do acesso a serviços socioassistenciais e setoriais por meio da promoção da intersetorialidade e de intervenções do CFIS nos territórios;
- Aprimoramento profissional dos técnicos atuantes na Política de Assistência Social, através de treinamentos e consultorias ofertados por programas e projetos implementados pelo CFIS;
- Aumento no número de pessoas que tenham acesso às instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de seus direitos;
- Identificação de situações de violação de direitos;
- Redução do ciclo da violência doméstica e familiar e da prática do ato infracional;
- Aperfeiçoamento dos processos de trabalho e melhoria no desempenho de metas, ações, etapas e estratégias;
- Melhoria do clima organizacional favorecendo o desenvolvimento das habilidades e das competências organizacionais;



9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da OSC é revisto ao final de cada ano com o objetivo de produzir dados diagnósticos que servirão de embasamento para o planejamento das ações do ano subsequente e reformulação do próprio projeto, além de garantir a qualidade das ações e fortalecer sua atuação institucional enquanto Organização da Sociedade Civil.

O acompanhamento sistemático do Projeto Político Pedagógico é contemplado mediante monitoramento do cumprimento das metas e resultados, almejados na sua elaboração.

Cabe destacar o monitoramento e avaliação realizados no desenvolvimento dos Projetos institucionais, e dos executados em parceria com o Poder Público, para os quais esse processo ocorre no acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas nas Propostas Técnicas⁷.

O ato de avaliar implica não somente em atribuir valor, mas também em um processo decisório relacionado à ação. Assim, cada proposta técnica deve apresentar seu quadro de monitoramento e avaliação, com a definição de instrumentais de aferição de resultados qualitativos e quantitativos almejados junto ao público atendido, expressando os resultados do processo de ensino-aprendizagem para a promoção e a proteção social.

Desta forma, autoavaliações, rodas de conversas, formulários, registros de depoimentos e encontros realizados, são métodos de coleta de informações que subsidiarão na aferição do desempenho de resultados de cada proposta técnica. Vale ressaltar que no processo de monitoramento e avaliação é fundamental a participação das famílias, beneficiários e colaboradores, colaborando para os futuros planejamentos das ações interventivas e do alcance didático-pedagógico.

O processo avaliativo implica também em parecer institucional que permita a identificação das relações e das estruturas que compõem a OSC, entendendo esse espaço como adequado à identificação das dificuldades, propício à reflexão e favorável à criação de soluções estratégicas para essas mesmas dificuldades. A avaliação institucional será feita interna e externamente, como instrumento de autoavaliação.

A avaliação interna do trabalho da OSC visa rever os objetivos, as ações propostas e desenvolvidas, os planos de ação, planejamento estratégico, projetos pedagógicos e administrativos em andamento, além de se debruçar sobre os pontos relevantes e as dificuldades encontradas.

⁷ Proposta Técnica é o projeto social elaborado e aprovado conforme as diretrizes de editais de chamamento público concorridos.



Desse modo, o processo avaliativo final objetiva:

1. Identificar o alcance e a repercussão das ações;
2. Analisar os indicadores de desempenho e resultados;
3. Identificar os obstáculos que se colocaram diante do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico;
4. Reformular as estratégias de intervenção, quando necessário.

Os instrumentos utilizados para efetivação desta avaliação são as reuniões, os relatórios das atividades e a aplicação de instrumentais organizacionais específicos.



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é uma construção coletiva na qual estará sempre em processo de aprimoramento e modificações permanentes.

Uma organização fortalecida é aquela que busca alinhar seus discursos e práticas em prol de sua missão, visão e valores. Isso se dá por meio de uma gestão democrática e do alinhamento do Planejamento Estratégico à Proposta Política Pedagógica e de um Plano Anual de Ação que contemple a operacionalização dos serviços, mas também a formação continuada de seus colaboradores.

O presente documento buscou expressar os anseios do cotidiano institucional no que diz respeito às práticas didático-pedagógicas, diretrizes gerais e fundamentação teórica de maneira a permitir a reflexão sobre a intencionalidade das ações, fortalecendo assim o trabalho social e construindo um clima organizacional que favoreça as aprendizagens e direcione os esforços institucionais.

O funcionamento das atividades, as avaliações internas e externas, o calendário institucional e as relações com a comunidade e usuários estão discriminadas nele, de tal modo que o Projeto Político Pedagógico é capaz de nortear todos os programas/projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano.

Assim posto, é finalizado este documento com a esperança de sua viabilidade no processo de caminhada sendo norteador das ações pedagógicas, tendo em vista a prática reflexiva constante, necessária para um processo socioeducativo com função social.



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, Léa das Graças e ALVES, Leonir Pessate (orgs). Processos de Ensino na Universidade. Pressupostos para estratégias de trabalho em aula. Joinville: Editora UNIVILLE. 2004.

BECKER, Fernando. O que é o construtivismo?. Ideias, n. 20. São Paulo: FDE, 1994. p. 87-93. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf . Acesso em: 13 de fev. 2011.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 (Convenção sobre os Direitos da Criança);

_____. IBGE. Censo Demográfico de 2010. Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>

_____. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social;

_____. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso;

_____. Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE;

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 -Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC;

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil;

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – ECA;

_____. Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre adoção e altera o ECA;

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), dezembro de 2011;

_____. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), 2012;

_____. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Brasília: 2009;

_____. Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, CONANDA: 2011;

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção, e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. CONANDA, 2016;

_____. Política Nacional de Assistência Social – Resolução MDS nº 145, de 15 de outubro de 2004;



- _____. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, 1ª edição, Brasília: MDS, 2013,
- _____. Resolução CNAS nº 01/2013 - Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- _____. Resolução CNAS nº 11, de 23 de setembro de 2015 – Caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006.
- _____. Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016 - Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (Suas) - (Criança Feliz);
- _____. Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011 - Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;
- _____. Resolução nº 109, de 11 de novembro 2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
- _____. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008 - Piores formas de Trabalho Infantil;
- CRONEMBERGER, I. H. G. M; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família IN Pensando Famílias, 19(2), dez. 2015, (132-147)
- DEMO, P. Desafios Modernos da Educação. Petrópolis: Vozes, 1993
- Diretrizes Internacionais para cuidados alternativos a crianças sem cuidados parentais, de 15 de junho de 2009;
- Estatuto do Centro de Formação Nossa Senhora de Fátima. 3ª Reforma Estatutária. 21 de Fevereiro de 2017
- Freire, P. (2000). Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP.
- _____. Educação e Mudança. 12ª Edição. Editora Paz e Terra. SL/SD
- NEVES, R. A; DAMIANI, M. F. Vygotsky e as teorias da aprendizagem In UNirevista - Vol. 1, nº 2 : (abril 2006), ISSN 1809-4651
- CEARÁ. Relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência capturado em 13.02.2019 : https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_primeiro_semestre.pdf
- WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa *In* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun. 2006, págs. 173 a 196.



**12. FOLHA DE CIÊNCIA E APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO
PARA O ANO DE 2024.**

Fortaleza, 05 de Janeiro de 2024.

SILVIA RAQUEL DE ARAÚJO RODRIGUES CID
Presidente

MARIA LUANA PEREIRA SOARES
Tesoureira